

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

### **1 Contexto operacional**

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e conjuntamente são demonimadas "Grupo". A Litel possui também participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale") e de forma indireta por meio de da sua controlada Litela.

A Litela é uma sociedade por ações de capital fechado, integralmente controlada pela Companhia, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia detinha participação na Valepar S.A. ("Valepar"), que foi incorporada pela Vale em 14 de agosto de 2017, sendo uma sociedade por ações de capital fechado que tinha por objeto, participar exclusivamente, como acionista controladora da Vale.

A Litel também possuía participação direta na Litelb Participações S.A. ("Litelb"), sociedade por ações de capital fechado, da qual detinha integralmente seu controle. Em 7 de julho de 2016 a Litelb foi incorporada pela Litel.

A Companhia é signatária do Acordo de Acionistas da Vale firmado em 14 de agosto de 2017, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de novembro de 2017.

## **2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

### **2.1 Base de apresentação**

#### ***Informações intermediárias***

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 21 Demonstração Intermediária, e de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

### **2.2 Consolidação**

#### ***a. Controladas***

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

As informações intermediárias consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido de 30 de setembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 e as operações dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, da Companhia e de sua controlada direta Litela.

#### ***b. Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas***

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto e coligadas inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação do Grupo nos resultados abrangentes de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação do Grupo nas demais movimentações patrimoniais de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e

coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia na sua controlada e na controlada em conjunto, excluídas as ações em tesouraria, são as seguintes:

	% de participação no capital total	
	30/09/2017	31/12/2016
<b>Controladas</b>		
Direta (consolidada)		
Litela Participações S.A.	100%	100%
Em conjunto (avaliadas pelo MEP)		
Vale S.A. (*)	21,24%	-
Valepar S.A. (**)	-	58,07%

(\*) Inclui 19,385% de participação direta e 1,859% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

(\*\*) Inclui 52,984% de participação direta e 5,082% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

**c. Informações contábeis intermediárias individuais**

Nas informações contábeis intermediárias individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações intermediárias individuais quanto nas informações intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas informações intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

## **2.4 Ativos Financeiros**

### **a. Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **b. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa".

### **c. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### **d. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.5 Impairment de ativos financeiros**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de goodwill são testados para impairment pelo menos uma vez por ano.

## **2.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

## **2.7 Resultado financeiro**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

A despesa financeira é composta basicamente pela atualização monetária de dividendos a pagar e pelos tributos incidentes sobre as receitas financeiras.

## **2.8 Capital social**

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

## **2.9 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

## **3 Pronunciamentos contábeis**

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, divulgadas ao mercado, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações.

## **4 Gestão de riscos**

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Disponibilidades	4	7	7	8
Fundos de Investimentos	495.126	37.887	495.592	38.949
Operações compromissadas DI	9.254	12.742	9.254	12.742
	<b>504.384</b>	<b>50.636</b>	<b>504.852</b>	<b>51.699</b>

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.(Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, cujo rendimento acumulado nos primeiros nove meses de 2017 foi 7,99% e 13,62% acumulado no ano de 2016, e aplicações em operações compromissadas.

## 6 Tributos a recuperar ou compensar

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRPJ e CSLL	455.327	435.812	459.854	436.746
IRRF s/ recebimentos de JCP	57.569	24.952	58.131	27.154
IRRF s/ aplicações financeiras	1.231	564	1.264	572
	<b>514.127</b>	<b>461.328</b>	<b>519.249</b>	<b>464.472</b>
Ativo circulante	501.452	461.328	506.574	464.472
Ativo não circulante	12.675	-	12.675	-
	<b>514.127</b>	<b>461.328</b>	<b>519.249</b>	<b>464.472</b>

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem compensados em até 12 meses.

## 7 Investimentos

### a. Investimentos – Controladora

Dados das controladas	Litela	Valepar	Vale
Patrimônio líquido em:			
31 de dezembro de 2016	2.420.853.874	47.443.028	127.240.523
30 de setembro de 2017	2.680.270.302	-	142.560.100
Lucro líquido em:			
31 de dezembro de 2016	226.643	4.492.042	13.311.455
30 de setembro de 2017	251.296	-	15.094.424
Percentual de participação em:			
31 de dezembro de 2016	100%	52,984%	-
30 de setembro de 2017	100%	-	19,385%
Quantidade de ações possuídas em:			
31 de dezembro de 2016	28.386.271	838.308.129	-
30 de setembro de 2017	28.386.271	-	1.011.457

Movimentação dos investimentos	Litela	Valepar	Vale	Total
Saldos em 31/12/2016	2.461.361	25.137.278	-	27.598.639
Dividendos complementares	(82.552)	(715.287)	-	(797.839)
Equivalência patrimonial		1.306.072	-	1.306.072
Troca de PN por ON - 1/ 0,93	47.870	499.030	-	546.900
Adicional de 10% das ações ON	29.480	307.290	-	336.770
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	(12.969)	135.201	-	122.232
Sub-total	2.443.190	26.669.584	-	29.112.774
Alteração do Investimento em 14/08/2017	-	(26.669.584)	26.669.584	-
Transferência do Intangível - Ágio	-	-	369.556	369.556
Equivalência patrimonial	251.296	-	1.384.688	1.635.984
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	(14.216)	-	(418.591)	(432.807)
<b>Saldo de investimentos em 30/09/2017</b>	<b>2.680.270</b>	<b>-</b>	<b>28.005.237</b>	<b>30.685.507</b>

#### (i) Valepar S.A.

Com o objetivo de viabilizar a listagem da Vale no segmento especial do Novo Mercado da B3 e a transformá-la em uma sociedade sem controle definido, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017, a reestruturação da governança corporativa da Vale. Essa operação de reestruturação consistiu nas seguintes etapas:

- (i) Conversão voluntária das ações preferenciais classe A da Vale em ações ordinárias na relação de 0,9342 ação ordinária por ação preferencial;



- (ii) Alteração do Estatuto Social da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale neste segmento especial; e
- (iii) Incorporação da Valepar pela Vale com uma relação de substituição que contemplasse um acréscimo do número de ações detido pelos acionistas da Valepar de, aproximadamente, 10% em relação à posição acionária atual da Valepar na Vale, e representasse uma diluição de cerca de 3% da participação dos demais acionistas da Vale em seu capital social.

Tendo em vista ter sido verificada a adesão de mais de 54,09% das ações preferenciais classe “A” (excluídas as ações em tesouraria) de emissão da Vale à conversão voluntária aprovada, foi realizada, em 14 de agosto de 2017, Assembleia Geral Extraordinária da Valepar S.A., na qual foi aprovada a incorporação desta pela Vale.

Em virtude da referida incorporação e consequente extinção da Valepar S.A., a Companhia e sua controlada Litela Participações S.A. passam a deter participação direta na Vale.

Como consequência da referida incorporação, a Companhia aumentou sua participação no capital social da Vale de 19,57% (indireta em conjunto) para 21,24% (direta em conjunto), tendo apurado um ganho de R\$ 883.535, que foi contabilizado diretamente no patrimônio líquido.

O objeto social da Valepar era exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possuía 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,70% do capital total e 53,90% do capital votante, ambos os percentuais desconsiderando as ações em tesouraria, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, 168.187 mil ações, adquiridas pela Valepar em julho de 2008, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

Em 14 de agosto de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da Valepar era dividido em 1.582.187 mil ações, sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, e 281.281 mil ações preferenciais classe A. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Valepar correspondia a 838.308 mil ações representativas de 52,984% do capital total da Valepar.

**(ii) Vale S.A.**

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3 e Vale5), Nova York – NYSE (VALE e VALE.P), Paris – NYSE Euronext (Vale3 e Vale5) e Madri – LATIBEX (XVALO e XVALP).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, arvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

Em 14 de agosto de 2017, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co., Ltd. Celebraram Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos.

Em 30 de setembro de 2017, o capital social da Vale é dividido em 5.217.652 mil ações, excluídas as ações em tesouraria, sendo 4.910.512 mil ações ordinárias e 307.140 mil ações preferenciais. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Vale correspondia a 1.011.457 mil ações ordinárias, representativas de 19,385% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria, da Vale.

**(iii) Litela Participações S.A.**

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

Em 30 de setembro de 2017 a Litela participa como acionista no capital social da Vale, da qual possui 97.027 mil ações ordinárias, representativas de 1,859% do capital total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

**b. Investimentos - consolidado**

**Vale S.A.**

	<b>30 de setembro de 2017</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>
Valepar	-	25.137.278
Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	-	2.411.360
Vale	27.635.681	-
Vale (participação indireta no investimento da Litela)	2.651.026	-
	<b>30.286.707</b>	<b>27.548.638</b>
Ágio sobre o investimento da Litel	369.556	369.556
Ágio sobre o investimento da Litela	403.345	403.345
	772.901	772.901
	<b>31.059.608</b>	<b>28.321.539</b>

A amortização do ágio teve início em abril de 2001, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008, quando passou a não ser mais amortizado estando, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

## 8 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRPJ e CSLL	651.594	-	651.594	-
	<b>651.594</b>	<b>-</b>	<b>651.594</b>	<b>-</b>
PIS e COFINS	255	15.576	255	16.935
IR incidente s/ JCP	-	-	-	1.998
Tributos retidos s/ serviços tomados	22	15	27	20
	<b>277</b>	<b>15.591</b>	<b>282</b>	<b>18.953</b>

Para o ano-calendário 2017 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual. O valor de IRPJ e CSLL a pagar contempla os tributos registrados na parte B do LALUR relacionados ao investimento em Valepar que foi realizado com a operação de incorporação desta pela Vale.

## 9 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 30 de setembro 2017 e 31 de dezembro de 2016 é composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal.

A participação acionária em 30 de setembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações							
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.121	78,40%	103	14,11%	28.385.274	100,0%	222.125.498	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82%	26	3,56%	-	0,00%	31.688.469	11,50%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,05%	2	0,27%	-	0,00%	2.583.921	0,94%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	22	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	168	0,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	74	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	220	0,00%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	19.115.693	7,74%	161	22,05%	-	0,00%	19.115.854	6,94%
Fundação CESP	73	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	219	0,00%
	<b>247.128.345</b>	<b>100,0%</b>	<b>730</b>	<b>100%</b>	<b>28.385.274</b>	<b>100,0%</b>	<b>275.514.349</b>	<b>100,0%</b>

**b. Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo é de R\$ 1.421.296.

A Companhia deixou de constituir em 2012 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

**c. Reserva de lucros a realizar**

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 7.406.004, poderá ser incorporada ao capital social ou distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

**d. Distribuição de resultados**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da controlada em conjunto Vale. A administração acredita que os dividendos a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

**e. Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

**f. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 367.464, correspondente a R\$ 1,333738156 por ação ordinária e/ou preferencial de classes A e B do capital social relativos a antecipação de resultado apurado da Companhia até 30 de junho de 2017 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017.

## 10 Resultado financeiro e despesas operacionais

### a. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	21.947	3.866	22.198	3.899
Variações monetárias	26.858	33.824	26.881	33.908
	<u>48.805</u>	<u>37.690</u>	<u>49.079</u>	<u>37.807</u>
Despesas financeiras				
Tributos sobre receitas financeiras e JCP	(71.206)	(1.753)	(77.519)	(1.758)
Atualização monetária dividendos a pagar	(17.361)	-	(17.361)	-
Outras despesas financeiras	(4.167)	(344)	(5.320)	(345)
	<u>(92.734)</u>	<u>(2.097)</u>	<u>(100.200)</u>	<u>(2.103)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><b>(43.929)</b></u>	<u><b>35.594</b></u>	<u><b>(51.121)</b></u>	<u><b>35.704</b></u>

### b. Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(6.140)	(1.443)	(6.480)	(1.784)
Tributos e contribuições	-	(1)	-	(2)
Outros	(8)	(9)	(110)	(10)
	<u><b>(6.148)</b></u>	<u><b>(1.453)</b></u>	<u><b>(6.590)</b></u>	<u><b>(1.796)</b></u>

## 11 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número específico de ações

ordinárias da Valepar S.A., e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Nas sentenças parcial e final proferidas, respectivamente, nos anos de 2009 e 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estão obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Eletron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007. A Litel, por meio de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final (“Ações anulatórias”) e os mesmos entendem que os prognósticos de êxito em ambas as ações anulatórias é possível e tais êxitos significariam a extinção das obrigações decorrentes de todo procedimento arbitral. Atualmente as ações anulatórias estão pendentes de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Ainda relacionado a arbitragem supra mencionada, a Litel também é parte numa ação de execução de sentença arbitral proposta pela Eletron S.A. em face em da Litel e da Bradespar de forma a compeli-las à venda de 37.500.000 Ações Ordinárias da Valepar. Contra tal ação de execução os advogados da Litel apresentaram embargos à execução, o qual foi provido com efeito suspensivo. Posteriormente a Eletron pleiteou a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, tendo o juízo acatado o pedido. Atualmente o processo encontra-se em fase de apuração dos valores em discussão, valor este que, uma vez definido, seria devido por Litel e Bradespar na proporção de 50% cada, havendo solidariedade entre elas. As partes ré apresentaram impugnação fundamentada por laudo divergente, preparado por seus peritos assistentes, na contra conclusão do laudo pericial, a qual ainda não foi analisada pelo juízo que preferiu designar audiência de conciliação. Os assessores jurídicos classificam como possíveis as chances de anulação da decisão arbitral, e, bem assim, a comprovação da inexistência de perdas a serem indenizadas.

A Litel também é parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Eletron S.A. contra a Companhia, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual a Eletron requer em síntese, a condenação das Requeridas por supostos prejuízos correspondentes à diminuição indevida de sua participação no capital social da Valepar, considerada a época do aumento de capital, abrangendo os lucros cessantes, incluindo mas não se limitando aos dividendos e lucros sobre capital próprio. O valor da causa, neste momento, é indeterminável, uma vez que sua apuração dependeria de perícia técnica. Os advogados da Litel classificam a possibilidade de perda como possível. O procedimento arbitral ainda está na fase de nomeação do árbitro presidente.

Em 2015, dentro do mesmo contexto da ação de execução de sentença arbitral acima mencionada, a Eletron S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento dos eventuais prejuízos que ainda serão apurados no decorrer da Arbitragem. O procedimento arbitral ainda está na fase de nomeação do árbitro presidente.

## **12 Partes relacionadas e remuneração dos administradores**

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve qualquer remuneração do

pessoal-chave da administração, assim como nenhum outro tipo de benefício.

O saldo de R\$ 5.194.555 relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

### **13 Eventos subsequentes**

Em 5 de outubro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de parte dos juros sobre capital próprio que foram deliberados em 29 de junho de 2012, no montante de R\$ 203.253, correspondente a R\$ 0,737723213 por ação ON, PNA e PNB.

Em 18 de outubro de 2017, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Vale e na Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais Classe “A” da Vale a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais Classe “A” em ações ordinárias da Vale, na proporção de 0,9342 ação ordinária para cada ação preferencial Classe “A” detida.

\* \* \*

Gueitiro Matsuo Genso  
Diretor Presidente

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley  
Diretor Financeiro

Renato Proença Lopes  
Diretor Administrativo

Marcel Juvinião Barros  
Diretor sem designação específica

Flávio Freitas Thomaz Pereira  
Contador CRC RJ 081603/O-0